

PROCESSO Nº
- 129/21 -

REG. PROC. Nº
-

FL. 1
FOLHA Nº
-



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº: 129


Tipo de Documento: Projeto de Lei Ordinária Nº: 72

Ano: 2021

Ementa: Dispõe sobre o Plano Prurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

Autor: EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos 30 dias do mês de agosto de 2021, autuo

Eu,  _____ subscrevi.

A.L. 7/1/21



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ofício nº 0399/2021/SMF/Dpto Contábil

Leme, 30 de agosto de 2021.

Exmo. Sr. Presidente:

Câmara Municipal de Leme
 **Protocolo** 1585 **Processo** 129
Data/Hora: 30/08/2021 17:37:56

WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA

Tem o intuito este de encaminhar o Projeto de Lei referente ao Plano Plurianual (PPA) 2022 - 2025, para apreciação desta Casa Legislativa.

Certa de poder contar com a usual colaboração, elevamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

VALÉRIA AP. SCATOLINI OTSUKA

Diretora Contábil

Ao

Excelentíssimo Senhor:

Ricardo Canata

Presidente da Câmara



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE – NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

C.M. LEME	
Pr	Fis
125/11	03

PROJETO DE LEI Nº 72 /2021

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de
2022/2025 e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme, para o quadriênio de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária, que deverão obrigatoriamente constar do Plano Plurianual.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;

IV - Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;

V - Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar.

Artigo 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE- NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

C.M. LEME	
Pr 129/11	Fis 04

justificativas e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022 a 2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

- Anexo I Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
- Anexo II Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
- Anexo III Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Artigo 3º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

Artigo 4º As prioridades e metas para o exercício de 2022, conforme estabelecido no art. 3º, § único da Lei Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021, que "Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".

Artigo 5º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a alterar:

I - as metas físicas das ações quando as receitas executadas não acompanharem as previsões da programação financeira da receita.

II - o órgão responsável por programas e ações;

III - os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município e não tragam alteração para os objetivos do programa, assim como quantificar os indicadores que estiverem com a situação "em apuração" no PPA.

IV - os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto, desde que não alterem as metas físicas de cada ação e os indicadores do programa.

V - as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais;

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 30 de Agosto de 2021.

CLAUDEMIR
APARECIDO
BORGES:
34003539818

Assinado digitalmente por CLAUDEMIR APARECIDO BORGES: 34003539818
DN: C=BR, CN=CPF Brasil, OU=Privacidade,
OU=SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil (RFB), OU=RFB e CPT A3, OU=Assinatura
CA: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES: 34003539818
Resumo: Assinatura do autor deste documento.
10/08/2021 08:30:15 -03'00'00"
Print Ready - Versão: 10.1.1

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE- NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

C.M. LEME	
Pr 125/19	Fls 05

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 / 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º da Constituição Federal.

Observa-se que o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 / 2025 foi elaborado de acordo com as exigências contidas na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme regras trazidas pelo projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo.

Esse projeto de lei é composto com a seguinte estrutura:

- Anexo I Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
- Anexo II Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
- Anexo III Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre Executivo e Legislativo, é que submetemos a V.Exa. o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 / 2025.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Leme, 30 de Agosto de 2021.

Assinado eletronicamente por CLAUDEMIR APARECIDO BORGES, 34003539818
CPF: 34003539818
Cargo: Prefeito Municipal
Assinatura: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES, 34003539818
Data: 30/08/2021 10:41:00
Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Leme, SP
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
34003539818
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P 129/21	Fis 06
mg	

PROJETO DE LEI Nº 72/2021

EMENTA: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER JURIDICO

Senhor Presidente.

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2022/2025.

Primeiramente, deve-se esclarecer que a matéria que a presente proposta legislativa pretende disciplinar encontra-se afeta àquelas que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no art. 165, I, III, e seus parágrafos, da CR/88.

Nesse sentido, citamos trecho do livro “Manual do Prefeito”, 11ª edição, IBAM, 2000, Coordenação - Geral de Marcos Flávio R. Gonçalves, Consultor Jurídico deste Instituto, p. 222:

“O plano plurianual, portanto, é um instrumento de planejamento a longo prazo que deve ser renovado de quatro em quatro anos. Entra em vigor no segundo ano de mandato do Prefeito e vigora até o final do primeiro ano de mandato do Prefeito seguinte. Pode ser alterado durante o seu período de vigência mediante lei específica.” (Grifamos)



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

J.M. LEME	
129101	Fis 07
mg	

O orçamento Plurianual para o período 2018 a 2021 constitui a peça fundamental da Administração Pública, posto que estabelece as **metas, objetivos, diagnóstico e ações** da administração do governo municipal para o próximo quadriênio.

Desta forma, considerando que o controle social do erário público é peça básica da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, para tanto, estabelece intensa agenda de debate popular e de publicidade das contas.

Há que se fazer duas ponderações nessa propositura, a primeira cinge-se ao fato de constar do processo o anexo que acompanha a propositura, o anexo é peça indispensável a tramitação do mesmo; a segunda, antes da apreciação do mérito da propositura se faz à realização de audiências públicas para debater o cumprimento das metas orçamentárias e patrimoniais do Executivo e Legislativo.

Nesse sentido, registra-se em sede sumária de conhecimento, que se mostrará importante instrumento para apreciação do mérito da propositura, a feitura de “**audiência pública**” sobre o tema que se descortina.

É de ressaltar a importância das audiências públicas administrativas como instrumento de efetivação dos direitos, especialmente dos direitos difusos e coletivos, especialmente as questões referentes a LDO – PPA – LOA – peças orçamentárias, entre outros pontos que devem ser debatidos pela sociedade.

Essa prática representa um avanço democrático – pois implica na mudança da democracia representativa para a democracia participativa – com a efetiva discussão dos problemas de relevante interesse social, exercendo-se um diálogo com os diversos atores sociais. Essa maneira de agir só tende a fortalecer o regime democrático, onde a participação de todos é valorizada na busca da solução dos problemas que afligem o dia-a-dia do cidadão, neste caso o servidor da área da educação.

Desta forma, considerando que o tema reclama discussão pública, sendo certo que a audiência servirá para a obtenção de dados, subsídios, sugestões ou críticas, assegurando a participação popular no processo legislativo, assim sendo, esta Divisão Jurídica sugere que se faça audiência pública sobre a questão objeto do projeto de lei e consequentemente com os resultados obtidos, faça-se uma reavaliação das normas contidas no projeto para se atestar o real alcance da propositura.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fis 08
mg	

Assim, com base nessas premissas e em cumprimento ao disposto no artigo 280 e seguintes do RICML, recomenda-se a realização de audiência pública por constituir importante instrumento da democracia participativa, propiciando a efetiva discussão dos problemas de relevante interesse do município, exercendo-se um diálogo e estimulando o debate com os diversos atores do segmento e a da sociedade.

Diante do exposto, após a providência sugerida quanto à realização da audiência pública, bem como possibilitar o acesso das entidades da sociedade civil para apresentação de emendas populares ao projetos de Lei do plano Plurianual, cumprindo assim o art. 281 tocante a publicação do projeto

É o parecer, s.m.j.

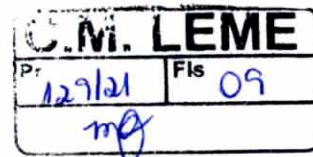
Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 31
de agosto de 2.021


Jorge Luiz Stefano
Dir. Jurídico



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 480 / 2021 – DT



Leme, 01 de setembro de 2021.

Ilustríssima Senhora:

Pelo presente encaminhamos cópia do PL nº 72/21, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

Sem mais, respeitosamente.


RICARDO DE MORAES CANATA
Presidente


Patricia de Q. Magatti
Chefe Núcleo da
Gráfica e Imp. Oficial
01/09/2021

À

Ilustríssima Senhora

Patrícia de Moraes Magatti

Responsável pela Imprensa Oficial do Município de Leme



IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

Leme, 4 de Setembro de 2021 • Número 3066 • www.leme.sp.gov.br

C.M. LEME	
Pr 127121	Fis 10
mg	

PROJETO DE LEI Nº 72/2021

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme, para o quadriênio de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária, que deverão obrigatoriamente constar do Plano Plurianual.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;

IV - Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;

V - Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos que se pretende alcançar.

Artigo 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022 a 2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

Anexo I	Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Anexo II	Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Anexo III	Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

Artigo 3º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

Artigo 4º As prioridades e metas para o exercício de 2022, conforme estabelecido no art. 3º, § único da Lei Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021, que "Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências".

Artigo 5º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a alterar:

I - as metas físicas das ações quando as receitas executadas não acompanharem as previsões da programação financeira da receita.

II - o órgão responsável por programas e ações;

III - os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município e não tragam alteração para os objetivos do programa, assim como quantificar os indicadores que estiverem com a situação "em apuração" no PPA.

IV - os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto, desde que não alterem as metas físicas de cada ação e os indicadores do programa.

V - as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais;

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 30 de Agosto de 2021.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME

PROJETO DE LEI Nº. 73/2021

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2022"

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2022, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº. 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta;

II - O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III - O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 348.798.879,11 (trezentos e quarenta e oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e nove reais e onze centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 221.040.355,84 (duzentos e vinte e um milhões, quarenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 127.758.523,27 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e

três reais e vinte e sete centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 412.301.259,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 99.267.200,00
1.2	Contribuições	R\$ 19.869.900,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 780.110,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 44.831.100,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 245.394.149,00
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 2.158.800,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA		R\$ 19.220.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 720.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$ 720.000,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 432.241.259,00
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 28.496.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 403.745.259,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 258.008.665,84
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.650.000,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 190.462.265,84
03 - SAECTIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 43.221.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 16.675.400,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 145.736.593,16
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 108.829.593,16
05 - LEMEPREV	R\$ 36.907.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 403.745.259,00

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 258.008.665,84
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.650.000,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 7.211.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 17.740.880,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 7.920.000,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 125.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 1.261.500,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 110.551.000,00
13 - CULTURA	R\$ 2.176.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 20.870.875,84
17 - SANEAMENTO	R\$ 38.518.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 2.873.710,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 481.300,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 827.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 2.573.500,00
27 - ESPORTE E LAZER	R\$ 1.735.500,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 15.893.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 19.600.400,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 145.736.593,16
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 17.668.103,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 36.907.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 91.161.490,16

POR SUBFUNÇÃO		R\$ 158.008.665,84
31	Ação Legislativa	R\$ 7.650.000,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$ 7.211.000,00
122	Administração Geral	R\$ 21.956.000,00
123	Administração Financeira	R\$ 5.446.500,00
131	Comunicação Social	R\$ 561.380,00
181	Policimento	R\$ 7.334.000,00
182	Defesa Civil	R\$ 586.000,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$ 125.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$ 3.400.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$ 1.261.500,00
361	Ensino Fundamental	R\$ 62.556.000,00
362	Ensino Médio	R\$ 18.000,00
364	Ensino Superior	R\$ 120.000,00
365	Educação Infantil	R\$ 38.328.000,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$ 116.000,00
367	Educação Especial	R\$ 2.172.000,00
392	Diffusão Cultural	R\$ 1.850.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$ 10.188.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$ 13.256.375,84
512	Saneamento Básico Urbano	R\$ 31.700.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 3.003.710,00
544	Recursos Hídricos	R\$ 304.000,00
605	Abastecimento	R\$ 481.300,00
661	Promoção Industrial	R\$ 827.000,00
695	Turismo	R\$ 326.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$ 1.735.500,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$ 15.893.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$ 16.550.400,00
999	Reserva de Contingência	R\$ 3.050.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		R\$ 145.736.593,16
122	Administração Geral	R\$ 7.833.500,00
241	Assistência ao Idoso	R\$ 1.371.952,00
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$ 733.051,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 3.224.200,00
244	Assistência Comunitária	R\$ 4.506.400,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$ 36.907.000,00
301	Atenção Básica	R\$ 51.651.024,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 38.434.466,16
304	Vigilância Sanitária	R\$ 214.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	R\$ 862.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$ 403.745.259,00

POR NATUREZA DA DESPESA	
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 353.440.859,00
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 198.579.605,84
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 4.500.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 150.361.253,16
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 30.704.000,00
4.4 - Investimentos	R\$ 19.064.000,00
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 40.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 11.600.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 16.550.400,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 16.550.400,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 3.050.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 3.050.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 403.745.259,00

01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$ 30.110.000,00
03 - PENSÕES	R\$ 3.850.000,00
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 1.990.000,00
07 - CONTRIBUIÇÕES A INSTIT. FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	R\$ 10.000,00
11 - VENCIM.F. VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 140.903.575,84
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 18.568.030,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$ 847.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$ 1.508.000,00
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$ 400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 4.500.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 32.971.080,00
31 - PREMIAÇÕES CULT. ART. CIENT. DESP. E OUTRAS	R\$ 123.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$ 4.935.124,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 1.037.000,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$ 18.800,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 40.600,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$ 3.918.200,00
39 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 81.725.049,16
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R\$ 4.117.000,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 620.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 13.006.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 2.626.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$ 471.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 10.078.000,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 7.997.000,00
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 614.000,00
70 - RATÍFIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$ 3.350.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$ 7.400.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 6.076.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 25.600,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 308.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 19.600.400,00
Total	R\$ 403.745.259,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Transpor, remanejar, transferir ou anular, total ou parcialmente, no curso da execução orçamentária de 2022, mediante decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa total fixada por esta Lei, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2022, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

§ 1.º - Os créditos suplementares de que trata o inciso I poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2.º - Os créditos suplementares de que tratam os incisos II, III e IV não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao Departamento de Contabilidade, órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2022, restando as disposições em contrário.
Leme, 30 de Agosto de 2021.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme

LEMEPREV CONVITE II AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Diretora Executiva do LEMEPREV CONVIDA os Servidores Públicos Ativos, Aposentados, Pensionistas, Autoridades, Vereadores e a Sociedade em Geral para “II AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL”, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2021, a partir das 15 horas, para apresentação da Prestação de Contas e Relatório de Governança Corporativa - Exercício 2020, em atendimento ao que determina o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Portaria nº 185/2015 e alterações).

A Audiência pública será transmitida, ao vivo, por meio do canal <https://www.youtube.com/lemeprev> ou acessando o site: <https://lemeprev.sp.gov.br/>, onde estará disponível o link “II Audiência Pública Virtual” para acesso ao canal.

O público participará através do chat do canal YouTube/lemeprev e

Facebook/lemeprev.

Leme, 26 de agosto de 2021.

CLAUDIA NANCY MONZANI
Diretora Presidente

GERSIANE GOMES BARBOSA
Diretoria Administrativa e Financeira

CHARLES DE MARCHI
Diretor de Previdência

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

Pregão Eletrônico Nº 068/2020 – Registro de preços para aquisição de medicamentos destinados ao atendimento de demandas de processos judiciais.

A Prefeitura do Município de Leme torna público, nos autos do parágrafo 2º artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, a relação de preço registrado:
Ata nº 279/2020 - Fornecedor: – Abbott Laboratórios do Brasil Ltda
Lote Valor Unit.

27 R\$ 349,90

Ata nº 281/2020 - Fornecedor: – Indmed Hospitalar Eireli

Lote Valor Unit.

03 R\$ 0,36

07 R\$ 137,83

Ata nº 282/2020 - Fornecedor: – Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda

Lote Valor Unit.

23 R\$ 0,338

Ata nº 283/2020 - Fornecedor: – Promofarma Distribuidora de Medicamentos Ltda

Lote Valor Unit.

05 R\$ 0,23

08 R\$ 0,29

09 R\$ 1,23

Ata nº 284/2020 - Fornecedor: – Interlab Farmacêutica Ltda

Lote Valor Unit.

17 R\$ 24,48

19 R\$ 1,32

Ata nº 285/2020 - Fornecedor: – Kdabar Medicamentos Eireli

Lote Valor Unit.

21 R\$ 0,26

29 R\$ 1,76

Ata nº 311/2020 - Fornecedor: – Kenan Medicamentos Ltda

Lote Valor Unit.

04 R\$ 2,43

06 R\$ 0,38

14 R\$ 1,24

15 R\$ 0,94

Ata nº 312/2020 - Fornecedor: – Aglon Comércio e Representações Ltda

Lote Valor Unit.

10 R\$ 0,679

11 R\$ 2,15

22 R\$ 0,33

Ata nº 313/2020 - Fornecedor: – Partner Farma Dist. De Medicamentos Eireli EPP

Lote Valor Unit.

25 R\$ 0,32

26 R\$ 0,60

Ata nº 314/2020 - Fornecedor: – Atons do Brasil Dist. De produtos Hospitalares Ltda

Lote Valor Unit.

01 R\$ 2,65

02 R\$ 5,24

Ata nº 319/2020 - Fornecedor: – CM Hospitalar S.A

Lote Valor Unit.

16 R\$ 30,15

20 R\$ 17,87

Ata nº 327/2020 - Fornecedor: – Onco Prod Dist. De Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda

Lote Valor Unit.

24 R\$ 2.796,60

Leme, 03 de dezembro de 2.020

Gustavo A. Cassiolato Faggion
Secretário de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2020 – Registro de preços para serviços de confecção e instalação de toldo fixo e cortina de enrolar em lona, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada para atender as unidades escolares da rede municipal de ensino, sede e demais prédios da secretaria municipal de educação.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 125/21	Fls 13
mg	

À Secretaria para seguintes providências:

a.] - Oficie o Sr. Prefeito Municipal, dando-lhe ciência que será realizada a Audiência Pública no **dia 29/09/2021 às 14:30 hs.**

b.] – Designe o Sra. Diretor Geral, um Servidor desta Secretaria, para elaborar a Ata da referida audiência.

c.] – Encaminhar por ofício uma cópia da convocação aos seguintes Órgãos:

- 1.] – Quadro de Publicações da Câmara;
- 2.] – Cópia para publicação no quadro da Prefeitura Municipal;
- 3.] – Cópia para publicação na Imprensa Oficial;
- 4.] – Cópia para publicação no Jornal “A Notícia”;
- 5.] - Cópia para publicação no Jornal “Atual”;
- 6.] - Cópia para publicação no Jornal “A Tribuna de Leme”;
- 7.] - Cópia para a “Rádio Cultura de Leme”, para divulgação com chamadas diárias;
- 8.] - Cópia para a “Rádio Stereo Som” para divulgação, com chamadas diárias.
- 9.] - Cópia para a “Rádio Rede Brasil 101.1” para divulgação, com chamadas diárias.
- 10.] - Cópia para a “TV-Leme” para divulgação, com chamadas diárias.
- 11.] – Disponibilize a informação através da página oficial desta Casa na Internet.

Leme, 09 de setembro de 2.021


Ricardo de Moraes Canata
Presidente Interino

COMPROVANTE DE PROTOCOLO M. LEME

Pr	129/21	Fis	14
mg			

No. Processo: 13093
Data/Hora Processo: 10/09/21 13:05
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: OFICIO 502/2021-thm

RAFAEL MARADEI

Senha internet: 8D73FC1

Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

IEDA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 502 / 2021 – (thm)

C.M. LEME	
Pr 129121	Fis 15
m9	

Leme, 09 de setembro de 2.021

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o **dia 29 de setembro de 2021, às 14:30 horas**, com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o seu Secretariado estarão presentes, para uma **exposição das metas orçamentárias constantes** do Projeto de Lei nº 73/2021, **que “Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022”** e Projeto de Lei nº 72/2021, **que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.**

Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Rafael Maradei
DD. Secretário da Finanças do Município de Leme.
Nesta.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fis 16
m	

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de **CONVOCAR** as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no próximo **dia 29 de setembro de 2021, às 14:30 horas com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme**, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finança e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como do público presente, uma **exposição das metas orçamentárias** previstas no **Projeto de Lei nº 73/2021**, que "Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022" e **Projeto de Lei nº 72/2021**, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.


Ricardo de Moraes Canata

Presidente

No. Processo: 13094
Data/Hora Processo: 10/09/21 13:07
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: OFICIO 501/2021-thm

AUDIENCIA PUBLICA
Senha internet: 979LE6A
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

C.M. LEME	
Pr 129121	Fis 17
m9	

IEDA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 501 / 2021 – (thm)

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fis 18
<i>me</i>	

Leme, 09 de setembro de 2.021

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o **dia 29 de setembro de 2021, às 14:30 horas**, com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o seu Secretariado estarão presentes, para uma **exposição das metas orçamentárias constantes do Projeto de Lei nº 73/2021, que “Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022” e Projeto de Lei nº 72/2021, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.**

Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Claudemir Aparecido Borges
DD. Prefeito Interino do Município de Leme.
Nesta.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fis 19
mg	

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de **CONVOCAR** as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no próximo **dia 29 de setembro de 2021, às 14:30 horas com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme**, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finança e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como do público presente, uma **exposição das metas orçamentárias** previstas no **Projeto de Lei nº 73/2021**, que "Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022" e **Projeto de Lei nº 72/2021**, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.


Ricardo de Moraes Canata

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 504 / 2021 – (thm)


C.M. LEME	
Pr 125121	Fls 20
<i>mg</i>	

Leme, 09 de setembro de 2021.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de publicar a convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Prezados Senhores

Jornal ATUAL

Nesta

Recebido 10/09/21
E. Leme



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 503 / 2021 – (thm)


C.M. LEME	
Pr 129/21	Fls 21
m	

Leme, 09 de setembro de 2021.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de publicar a convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Prezados Senhores

Jornal A NOTÍCIA

Nesta



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 12/121	Fls 22
m	

Ofício nº 506 / 2021 – (thm)

Leme, 09 de setembro de 2021.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Prezados Senhores

Rádio Cultura de Leme

Nesta

Recebido
10/09/21
J. Silva



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 507 / 2021 – (thm)

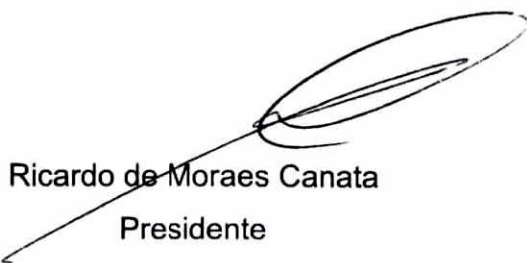
C.M. LEME	
Pr 129/21	Fls 23
<i>mg</i>	

Leme, 09 de setembro de 2021.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Prezados Senhores

Rádio Stereo Som

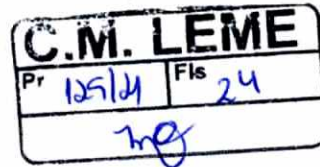
Nesta


15/9/2021



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Ofício nº 510 / 2021 – (thm)



Leme, 09 de setembro de 2021.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.


Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Prezados Senhores

Rádio Rede Brasil 101.1

Nesta


15/09/21

C.M. LEME	
Pr 129121	Fis 25
me	

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

09/09/2021

**CÂMARA MUNICIPAL DE LEME/SP****CONVOCAÇÃO**

Projeto de Lei nº 73/2021, que
"Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022"
e Projeto de Lei nº 72/2021, que Dispõe sobre o Plano Plurianual
para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de CONVOCAR as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no próximo dia 29 de setembro de 2021, às 14:30 horas com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finança e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como do público presente, uma exposição das metas orçamentárias previstas no Projeto de Lei nº 73/2021, que "Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022" e Projeto de Lei nº 72/2021, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

Leme, 09 de setembro de 2.021

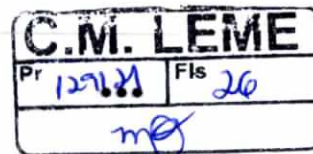
Ricardo de Moraes Canata

Presidente



Jornal Tribuna de Leme.

18 de setembro às 15:49 · 🌐



Audiência Pública

Câmara de Vereadores do Município de Leme estado de São Paulo

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regime Interno, tem a satisfação de convocar as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da Audiência Pública que será realizada na quarta-feira, 29 de setembro, às 14h30, com transmissão pelo site da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que excelentíssimo prefeito municipal acompanhado dos secretários municipais farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finança e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como do público presente, uma exposição das metas orçamentárias previstas no Projeto de Lei nº 73/2021 que "Estima a Receita e fixa a despesa para o exercício de 2022" e Projeto de Lei nº 72/21 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente





C.M. LEME	
Pr 125124	Fis 27
mg	

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 72/2021

EMENTA: Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

e

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de Autoria do Prefeito Municipal, que "*Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Leme para o período de 2022/2025*". Estabelecendo para tanto, o instrumento de planejamento orçamentário, cujo objetivo é direcionar o administrador para o gerenciamento dos recursos públicos, atentando aos princípios fundamentais da eficiência, eficácia, economicidade e legalidade, induzindo-o ao estabelecimento das metas prioritárias da administração e restringindo-o à execução de despesas limitadas à capacidade de arrecadação e endividamento, vinculando os gerenciamentos administrativos, orçamentários e financeiros voltados ao equilíbrio responsável das contas públicas. Enfim, estabelecendo para o Município de Leme, como compromisso maior o desenvolvimento econômico e social, demonstrado em seus programas a serem executados por suas Secretarias de Governo, Autarquias, Institutos e Fundações.

2.) -

A pretexto, o Projeto de Lei em questão, foi remetido para esta Casa no prazo legal e atendendo as disposições previstas pelos art. 272 e seguintes do Regimento Interno, pois esse é o entendimento desta Comissão.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fis 28
mg	

3.] –

Recebido o projeto em questão aos 30/08/2021, foi determinado a sua imediata publicação, que ocorrerá através da Imprensa Oficial do Município, em 04/09/2021 e dado ciência através do expediente da Sessão Ordinária de 31/08/2021 foi também distribuído cópias aos Senhores Vereadores e posto à disposição dos Edis, e da comunidade junto a Secretaria Administrativa desta Casa.

4.] –

Após a publicação do Projeto de Lei em questão, realizou-se no dia 30 de agosto de 2021, a Audiência Pública pelo Poder Executivo de modo virtual, e, a partir daí, iniciou-se o prazo para a apresentação de emendas a esta Comissão Orçamento, Finança e Contabilidade, sem que fosse apresentada qualquer emenda no prazo previsto pelo art. 4º, da Resolução nº 184, de 21 de agosto de 2001 e, assim, encerrado no dia 09-09-2021, iniciou-se no dia imediatamente seguinte, o prazo de 15 dias, para estas Comissões exarar os Pareceres.

5.] –

Agora, estas Comissões já em condições e no prazo para emitirem seus pareceres a respeito do Projeto, o faz da seguinte forma:

6.] –

Projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente à matéria e, inclusive, sob o aspecto tocante a Lei de Responsabilidade Fiscal, razão porque, não merece qualquer reparo por parte destas Comissões.

7.] –

Sob o aspecto de transparência da gestão fiscal, registrou-se aqui, a ampla divulgação visando a participação popular na Audiência Pública que realizará no dia 29/09/2021, nesta Casa.

8.] –

Portanto, a Comissão de Constituição Justiça e Redação, pelas razões acima expostas é de **PARECER FAVORÁVEL** por entender que o Projeto está bem redigido e instruído, de forma que, está em condições de ser apreciado e nada obsta a sua tramitação.

Quanto ao fato da apresentação do Plano Plurianual do Município de Leme à Câmara Municipal se dar no segundo



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 129121	Fls 29

semestre do ano de 2021, esclarecemos que atende as disposições legais federais, estaduais e municipais.

A Constituição Federal em seu artigo 165, § 9º dispôs que os prazos, vigência, elaboração, exercício financeiro serão disciplinados por lei complementar.

A corroborar, a previsão também constitucional do artigo 166, § 6º que os projetos de leis orçamentárias serão enviadas à Casa Legislativa conforme disciplinado por lei complementar a que se refere o artigo 165, §9º.

Ainda no âmbito constitucional, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias traz encartado em seu artigo 35, § 2º que, enquanto não houver sido editada a lei complementar competente a estabelecer os prazos que trata o artigo 165, § 9º, CF, deverá o PPA ser encaminhado à Casa de Leis até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, este evidentemente o primeiro do mandato dada a vigência do PPA.

Portanto, a legislação federal permite que no primeiro ano do mandato, o PPA pode ser apresentado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

A pretexto, a disposição da Constituição do Estado de São Paulo, por força de seu artigo 174, § 9º, diz que o PPA será apresentado à Assembleia Legislativa até 15 de agosto do primeiro ano do mandato eletivo.

Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal estabelece em seu artigo 96, § 3º, que caberá a lei complementar regular os prazos, vigência, organização do PPA municipal, *observada a legislação federal*.

Ora, fica nítido que a LOM faz expressa previsão que a *apresentação* do PPA se dará em observância a legislação federal e reserva a competência para Lei Complementar Municipal, a qual ainda não foi editada.

Portanto, o prazo para apresentação do PPA do Município de Leme é até o último quadrimestre do primeiro ano de mandato do Prefeito Municipal.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 129124	Fls 30

Ocorre que o texto insculpido no artigo 97 da LOM estabelece que a apreciação das leis orçamentárias se dará na forma do Regimento Interno da Câmara, entre elas o PPA.

É notável a dissonância entre prazo de apresentação e forma de apreciação, pois a apresentação é prazo reservado a Lei Complementar, o qual deverá se dar com lapso temporal razoável para deliberação do Poder Legislativo, enquanto apreciação se refere à tramitação das leis orçamentárias dentro da própria Casa Legislativa, o que é compreensível e legítimo que tal competência seja reservada ao estatuto regimental, já que o próprio é que regulamentará os atos *interna corporis* da referida Casa.


Portanto, não há qualquer contradição ou mesmo ilegalidade na apresentação do PPA 2022-2025, tendo em vista que foram respeitados todos os prazos estabelecidos pelos entes federativos.

9.] –

Já a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade é também de **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto em questão, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 06 de outubro de 2021.


Pela Comissão de C.J.R.


Ellan Ricardo da Paixão
Vice-Presidente


Francisco Ferreira da Silva
Presidente


Lourdes Silva Camacho
Secretária

Pela Comissão O.F.C.


Francisco Ferreira da Silva
Vice-Presidente


Ellan Ricardo da Paixão
Presidente


Cintia Cristina Grossklauss
Secretária

LEME	
Fls	31
m@	



CÂMARA MUNICIPAL DE
LEME/SP

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fls 32
mg	

Projeto de Lei nº 72/21, Aprovado em 1ª votação por unanimidade dos presentes.

Leme, 13 de outubro de 2021.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
LEME/SP

C.M. LEME	
Pr 129/21	Fls 33
mg	

A Ordem do Dia

19 / 10 / 2021
PRESIDENTE

A requerimento da vereadora Cíntia Cristina Grossklauss, aprovado por unanimidade, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Leme, 19 de outubro de 2021.


RICARDO DE MORAES CANATA

Presidente

VISTA

Em 20 de outubro de 2021

Com vista à Vereadora

Cíntia C. Grossklauss

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 125/21	Fis 34
<i>me</i>	

PROJETO DE LEI Nº 72/21, A Requerimento do Vereador Osvair Antunes da Silva, aprovado por unanimidade dos presentes, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental

Em 26 de outubro de 2021.


RICARDO DE MORAES CANATA
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 12/21	Fls 35
mg	

A Ordem do Dia

03/11/2021

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 72/21, aprovado em 2ª votação por unanimidade dos presentes.
Em 03 de novembro de 2021.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

C.M. LEME	
Pr 129124	Fis 36
mg	

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme, para o quadriênio de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária, que deverão obrigatoriamente constar do Plano Plurianual.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;

IV – Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;

V – Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar.

Artigo 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022 a 2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

- | | |
|-----------|---|
| Anexo I | Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais |
| Anexo II | Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| Anexo III | Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental |



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

C.M. LEME	
Pr 125124	Fis 37
709	

Artigo 4º As prioridades e metas para o exercício de 2022, conforme estabelecido no art. 3º, § único da Lei Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021, que “Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências”.

Artigo 5º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a alterar:

I – as metas físicas das ações quando as receitas executadas não acompanharem as previsões de programação financeira da receita.

II – o órgão responsável por programas e ações;

III – os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município e não tragam alteração para os objetivos do programa, assim como quantificar os indicadores que estiverem com a situação “em apuração” no PPA.

IV – os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto, desde que não alterem as metas físicas de cada ação e os indicadores do programa.

V – as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais;

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 03 de novembro de 2021.

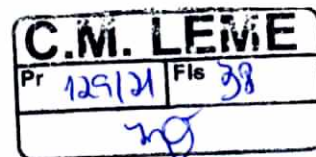
Ricardo de Moraes Canata
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 71/21

PROJETO DE LEI Nº 72/21



Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme, para o quadriênio de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária, que deverão obrigatoriamente constar do Plano Plurianual.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;

IV – Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;

V – Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar.

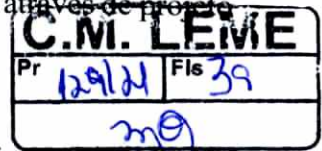
Artigo 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022 a 2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

- | | |
|-----------|---|
| Anexo I | Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais |
| Anexo II | Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| Anexo III | Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental |



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.



Artigo 4º As prioridades e metas para o exercício de 2022, conforme estabelecido no art. 3º, § único da Lei Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021, que “Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências”.

Artigo 5º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a alterar:

I – as metas físicas das ações quando as receitas executadas não acompanharem as previsões de programação financeira da receita.

II – o órgão responsável por programas e ações;

III – os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município e não tragam alteração para os objetivos do programa, assim como quantificar os indicadores que estiverem com a situação “em apuração” no PPA.

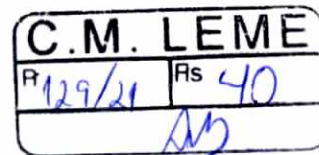
IV – os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto, desde que não alterem as metas físicas de cada ação e os indicadores do programa.

V – as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais;

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 04 de novembro de 2021.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente



Leme, 04 de novembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente estamos remetendo a Vossa Excelência o Autógrafo de Lei nº 71/21 referente ao Projeto de Lei nº 72/21.

Sem mais, respeitosamente.


RICARDO DE MORAES CANATA
Presidente da Câmara Municipal de Leme

Ao
Excelentíssimo Senhor
Claudemir Aparecido Borges
Prefeito Municipal

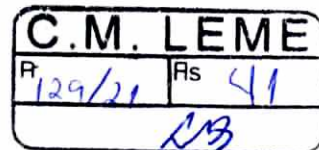
COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 15664
Data/Hora Processo: 05/11/21 15:35
Requerente: CAMARA DOS VERADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: OF 604/2021 REF AUTOGRAFO DE LEI 71/2021
Senha internet: CDGS94N
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

SARA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



LEI ORDINÁRIA Nº 4.047, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme, para o quadriênio de 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária, que deverão obrigatoriamente constar do Plano Plurianual.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;

IV - Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;

V - Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar.

Artigo 2º Nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022 a 2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

Anexo I Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Anexo II Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 – FONES (19) 3573-4000 – CNPJ 46.362.661/0001-68